

TRABALHISTA

STF – Plenário – Pauta: 03.12.2020 – 14h

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 5625

Constitucionalidade da Lei nº 13.352/2016, que admitiu a contratação de profissionais individuais do setor de estética e beleza, sob a forma de parceria, à luz dos princípios da igualdade, da dignidade da pessoa humana e da valorização do trabalho.

Relator: Ministro Edson Fachin

STF – Plenário – Pauta Virtual: 27.11.2020 a 04.12.2020

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 5687

Constitucionalidade da Lei nº 13.429/2017 (Lei da Terceirização), que dispõe sobre trabalho temporário em empresas urbanas e sobre relações de trabalho em empresas de prestação de serviços a terceiros. Alegação de vícios na decisão.

Relator: Ministro Gilmar Mendes